

João Abel Freitas

## 1. Introdução

Definir/Iniciar/Implementar um processo de desenvolvimento económico com as potencialidades do nosso país, tendo em conta porém as diversas condicionantes internas e externas que o podem afectar, é hoje um imperativo muito forte face à realidade económica e também a melhor forma de corresponder aos interesses da população.

Esta comunicação não pretende ser uma receita. Quando muito alinha umas quantas reflexões e muitas interrogações sobre causas de situação/vectores de mutação das estruturas económicas.

As reflexões e interrogações aqui deixadas são em meu entender, muito pertinentes tanto mais quanto a política económica que tem vindo a ser seguida - dominada por uma opção fortemente conjunturalista - não tem resultado, quer pela pobreza instrumental empregue (utilização quase em exclusivo da manipulação desarticulada das taxas de câmbio e de juro), quer pela ineficácia da sua aplicação, quer fundamentalmente porque, desenquadrada de um quadro de estratégia de desenvolvimento de mutação das estruturas, não resolve as questões de fundo, antes tem contribuído para imprimir diversos enviesamentos, marcas e desarticulações ao funcionamento do sistema económico no seu todo.

Na realidade, os problemas que interessa solucionar, como os graves desequilíbrios macroeconómicos tendo razões profundas estruturais, não se compadecem com uma política marcadamente de conjuntura.

Mas as reflexões e interrogações são necessárias ainda quando se pensa que o adiar sucessivo do processo de mutações acarreta pesados sacrifícios para o País e vai engrossando as dificuldades de inversão do processo.

Aliás, no presente momento, são já muito visíveis os efeitos negativos de uma política económica desadequada à realidade do País. O desemprego cresce; os salários não se pagam; as empresas abrem falência; a banca não gera juros compensatórios.

As reflexões prendem-se com as causas/caracterização da situação socioeconómica em que se está.

As interrogações que têm a ver com as saídas possíveis para a crise em que o País está mergulhado serão em maior número, e as pistas de reflexão que induzem certamente levantarão alguma polémica,

Ainda bem, é esse o objectivo - provocar a criatividade, com vista à formulação de propostas positivas para a superação da crise.

## 2. Reflexões breves

- *O modelo de crescimento até ao 25 de Abril*

A economia portuguesa conheceu nos últimos 20 anos ritmos de crescimento do produto relativamente elevados no contexto da economia mundial (6,3% ao ano na década 60/70; 4,8% de 1970/77; 3,7% de 1977/82).

Sobre este aspecto talvez as ideias essenciais a reter sejam as seguintes:

- a) *O desenvolvimento industrial foi o «motor» deste crescimento económico embora se deva destacar três períodos muito distintos:*
  - *o pós-guerra imediato, no quadro da lei de desenvolvimento e reorganização industrial, ao incentivar o desenvolvimento de Infra-estruturas e Indústrias de Base, criou uma base industrial diversificada, génese do crescimento do capital nacional;*
  - *a integração na EFTA (1960), ao proporcionar um forte aumento das exportações industriais e a aceleração do investimento estrangeiro normalmente virado para os sectores exportadores aproveitando a mão-de-obra barata nacional, gerou uma inserção específica e uma especialização internacional da nossa indústria;*
  - *o reconhecimento em fins da década de 60 de que a estratégia de crescimento se estava a esgotar e a formulação de uma nova estratégia para a década de 70, assente em projectos de indústrias de base, Químicas, Automóvel, etc., próprios da 2.ª revolução industrial - com vista à adaptação do País à economia mundial, proporcionou resultados modestos.*
- b) *O modelo económico praticamente não criou emprego líquido.*
  - *Assiste-se a um crescimento na base do aumento da produtividade. O excedente de mão-de-obra transfere-se da agricultura para a indústria que em igual período cresce a ritmo superior ao da economia em geral e para a emigração - mão-de-obra barata a trocar por divisas;*
- c) *Esta estratégia de crescimento gerou uma acumulação concentrada nos grupos financeiros, que apesar dos movimentos diversos na sua formação detinham uma estrutura idêntica - que lhes permitia controlar a circulação interna do capital.*
  - *O Estado, sem dúvida, teve papel importante neste processo de formação através de atitude muito intervencionistas quer nas condições concretas de acesso a novas actividades industriais (lei do condicionamento industrial) quer na defesa da economia do exterior (protecção pautal).*

Da conjugação do modelo económico de acumulação privada de capital centralizado nos grupos financeiros com o modelo político de elevado intervencionismo por parte do aparelho estatal resultavam os mecanismos de regulação de funcionamento do sistema económico .

Com o 25 de Abril desmoronou-se a articulação dos mecanismos em que assentava a acumulação privada. A nacionalização da banca e seguros, dos sectores básicos da indústria, dos transportes, etc., com efeitos ainda ampliados devido às nacionalizações «indirectas» destruiu os centros fundamentais de acumulação, ou seja, desarticulou por completo o funcionamento dos grupos financeiros.

Por outro lado, o papel intervencionista do Estado alterou-se de forma qualitativa passando a ter um papel activo e importante na gestão dos sectores financeiros e industrial públicos, assim constituídos.

Nesta situação, o Estado tinha necessidade de conceber uma filosofia de fundo para, por um lado, substituir a do anterior processo de acumulação privada de capital, e por outro, relançar um novo *centro na conjugação dos sectores públicos produtivo e financeiro*.

Esta nova filosofia de grupo exigia uma reestruturação e coordenação de funcionamento do sistema produtivo e do sistema financeiro públicos. Contudo, nunca veio a ser implementada - o que conduziu a um vazio de liderança no pós 25 de Abril quanto ao processo de acumulação de capital.

Este problema que me parece estar na origem de um dos mais fortes bloqueamentos do processo de desenvolvimento e de gerador de crise da actualidade da economia portuguesa, levanta algumas interrogações.

Será que as forças políticas dominantes (nomeadamente, após 1974-75, período em que por razões óbvias, o objectivo central se centrou na manutenção do nível de emprego e no atalhar embora de forma dispersa ao equilíbrio das variáveis económicas fundamentais) se aperceberem desta desarticulação criada ao nível do sistema económico?

Ou será que para essas forças políticas as nacionalizações e o sistema público de economia delas derivado não deveriam ter esse papel?

Se esta última situação for a que mais se adequa à realidade do processo político vivido de então para cá na área da economia - e tudo leva a crer isso pela gestão prosseguida pelos sucessivos governos (descapitalização e endividamento progressivo do sector público produtivo, ausência de medidas para o relançar e reestruturar etc.) - uma nova questão parece necessária:

Para um país como Portugal, numa fase intermédia de desenvolvimento, com graves desequilíbrios estruturais, com fortes debilidades para fazer face à crise mundial é à manutenção tecnológica em curso, *poderá conceber-se uma estratégia no tocante ao processo de acumulação de capital*, que não assente no sector público da economia após a ruptura sócio económica de 1974/75?

Se há essa alternativa, que características específicas distinguem este novo processo de acumulação daquele que se desarticulou? E que papel cabe ao sector público?

Se não há (independentemente das questões - âmbito do sector público e formas de funcionamento), será conciliável o modelo de desenvolvimento subjacente às forças políticas no poder com o processo de acumulação de capital centralizado no sector público da economia?

A laia de resumo e como tópicos de reflexão: *a crise em que o país mergulhado é em grande parte consequência das forças democráticas não terem compreendido ou não terem querido preencher o vazio deixado pelo desmoronamento desse modelo, agravada pela política de desvalorização dos salários reais com vista a tornar competitivo o sistema; esta actuação aliás só tem reforçado especializações que não nos servem (sectores exportadores débeis), atrasando desta forma as transformações estruturais necessárias.*

### 3. Vectores de mutação/saídas possíveis

De tudo quanto se referiu, afigura-se urgente avançar com uma nova lógica de desenvolvimento económico para o país que a ser implementada possibilita as transformações estruturais desejadas.

Esse desenvolvimento deverá contribuir para a correcção das distorções sectoriais e regionais existentes e criar uma estrutura moderna, diversificada e competitiva da nossa economia.

Posto isto, que vectores principais deverão integrar essa política económica de transformação?

- *A valorização e o aproveitamento dos recursos do país, nomeadamente, o factor humano, constituem o vector base do desenvolvimento.*
- Assim, muito do que haverá para fazer em termos de estratégia terá de passar pela elevação do nível de vida das populações e não certamente pela redução dos salários reais; passa pela reformulação dos sistemas de ensino e de educação de modo a tomá-los adequados às necessidades do país, pelo lançamento de um plano de formação profissional a sério e pela definição e implementação de um plano tecnológico e científico ajustado ao país.
- *Mudar o actual perfil de especialização da nossa economia de forma a que os grandes pólos de dependência sejam reduzidos* é outro vector importante. Mas não será concebendo planos de reorganização sectorial ou de modernização desarticulados, p.e. das indústrias produtoras de bens de equipamento ou dos centros de «engineering» que se avança na modificação desse perfil. Não o será também com decisões sobre projectos/planos sem se terem criado as bases técnicas internas necessárias (formação e infra-estruturas) [p.e. «nuclear»] ou apostando em medidas de política económica que, desligadas de um contexto, de médio/longo prazo, antes reforçaram a especialização existente e criam resistências às transformações.
- Ajustar o aparelho do Estado desburocratizando-o de forma a tomá-lo operacional e eficiente. O que levará a uma reorganização interna dos serviços, definição de novas funções, reciclagem e aperfeiçoamento dos trabalhadores e remunerações condignas.

- Outros vectores, como a racionalização do sistema financeiro e da capacidade produtiva instalada, a produção nacional para certos segmentos do mercado interno, a posição geoestratégica do país, etc. são também de grande interesse para essa política de transformação.

Contudo, todos estes elementos precisam ser articulados entre si numa estratégia de desenvolvimento a prazo.

Não se vai aqui esboçar esse exercício teórico de reflexão, útil e importante, mas apenas referir que, no actual sistema económico, toda a estratégia de desenvolvimento económico terá de dar prioridade ao sector público da economia, para o que este terá de ser dotado com uma lógica de desenvolvimento integrado, ou seja, que abarque os aspectos: financeiros, industriais, comerciais, etc.

Assim, o capital privado nacional ou estrangeiro terá um papel importante na modernização se em íntima ligação com o sector público.